



Sociedade aprova economia no Senado, revela pesquisa

Sondagem indica que mais de 80% dos entrevistados apoiam redução de gastos da Casa com contratos e corte de cargos de chefia

A última pesquisa do DataSenado, feita em abril, mostra que a sociedade considera acertadas as recentes medidas tomadas pela Comissão Diretora que elevam a austeridade nos gastos e permitem maior controle social das atividades da Casa. A mesma pesquisa aponta que 95,7% dos entrevistados conhecem a PEC das Domésticas, recém-promulgada, e 81% são favoráveis aos novos direitos dos empregados domésticos. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador Flexa Ribeiro (E) e o presidente do Senado, Renan Calheiros (C), com o governador Agnelo: Casa fechou ambulatório e doou equipamentos ao SUS

Comissão avalia regime disciplinar diferenciado em presídios **3**

Reedição de encarte especial lembra 125 anos do fim da escravidão no país

Senadores ouvirão integrantes da Comissão da Verdade sobre atos da ditadura **3**

Causa de guerra fiscal, imposto municipal será tema de audiência pública **5**

Em discurso pelo Dia das Mães, parlamentares pedem respeito ao direito das mulheres **7**



Reprodução



Gabinete Acir Gurgacz

Entre especialistas, o senador Acir Gurgacz (3º à dir.) fala durante audiência pública em Jaru (RO) sobre regularização de terras em Rondônia

Debate: falta de regularização dificulta crédito para a Amazônia **8**

Cinco legislaturas

Secs | Supres | Criação e Marketing

Plenário pode votar MP dos Portos nesta semana

Análise depende da conclusão da tramitação da proposta na Câmara, que pode ocorrer hoje, em sessão extraordinária. No Senado, a pauta está trancada pela medida que altera as regras do Pronatec

A PAUTA DE votações no Plenário está trancada pelo projeto de lei de conversão oriundo da medida provisória que alterou as regras do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Entre as mudanças promovidas pelo PLV 6/2013, está a permissão para que as instituições privadas de ensino superior, profissional e tecnológico participem do programa. A MP 593/2012 perderá a validade na quarta-feira.



Informativo dos Portos

Porto Itapoá (SC): MP que define novo marco regulatório perde validade quinta

Os senadores também podem examinar a polêmica MP dos Portos (MP 595/2012). A votação, no entanto, depende da conclusão da tramitação da matéria na Câmara, o que pode ocorrer em sessão extraordinária marcada para hoje, às 18h. Na última quarta-feira, a votação foi cancelada. O governo tem pressa para aprovar a MP, que define um novo marco regulatório para o setor, porque ela perde a validade na quinta-feira. Os deputados já apresentaram 28 destaques com o objetivo de mudar a MP no Plenário.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que fará todos os esforços para que a Casa vote a MP a tempo.

— Precisamos do reconhecimento dessa excepcionalidade

pelos líderes. É uma matéria de interesse do Brasil, sobretudo nesse momento de crise internacional, em que nós precisamos incrementar nossas exportações — disse.

Também na pauta do Plenário está o projeto de decreto legislativo de Eduardo Lopes (PRB-RJ) que suspende a decisão de 9 de abril do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de alterar o número de deputados federais por estado (PDS 85/2013).

Constam ainda da pauta sete propostas de emenda à Constituição. A primeira é a PEC da Música (PEC 123/2011), que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. A PEC 115/2011 elimina dos

medicamentos a cobrança do Imposto de Importação, do IPI, do ICMS e da Cofins.

Já a PEC 89/2011 obriga as autoridades com nomeação condicionada à prévia aprovação pelo Senado a voltar à Casa periodicamente para prestação de contas. Outras quatro PECs tratam da criação de tribunais regionais federais (TRFs) no Paraná, Amazonas, Ceará e Bahia. O tema, porém, segue indefinido, já que a PEC 544/2002, que também cria tribunais federais, aguarda promulgação pelo Congresso.

O último item da pauta é o substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 163/2000) que institui o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju).

Sessão especial comemora 65 anos da Chesf hoje

O Senado faz sessão especial no Plenário hoje, às 10h, para comemorar 65 anos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). A homenagem foi requerida por Lídice de Mata (PSB-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O início das atividades da

Chesf foi formalizado com a primeira Assembleia de Acionistas, em 15 de março de 1948, quando foi iniciada a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso 1, a primeira grande usina da Chesf no Rio São Francisco.

Entre os convidados, estão os

presidentes da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, e da Chesf, João Bosco de Almeida; o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura Filho; e o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone da Nóbrega.

Presidente da Petrobras explica situação da estatal



Pedro Franco/Agência Senado

Graça Foster

A presidente da Petrobras, Graça Foster, discute amanhã a atual situação da empresa em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI). A iniciativa de chamar Graça Foster ao Senado foi dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Humberto Costa (PT-PE) e Wellington Dias (PT-PI).

O aumento do preço da gasolina, a notícia de que a Petrobras estaria vendendo ativos na Argentina e o lucro líquido da companhia em 2012 — que foi, em média, 36% inferior ao valor apurado em 2011 — serão alguns dos pontos abordados, além de políticas de preços e de investimentos da estatal. A audiência começa às 11h, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

Senado restitui mandato de Luiz Carlos Prestes



Arquivo Federal Alémino

Luiz Carlos Prestes

O Senado restituirá na quinta-feira o mandato de senador do líder comunista Luiz Carlos Prestes (1898–1990). A sessão especial para a devolução simbólica deve começar às 15h30 e atende projeto de resolução (PRS 4/2012) aprovado em abril pelo Plenário da Casa.

De autoria de Inácio Arruda (PCdoB-CE), a proposta declara nula resolução da Mesa do Senado de 9 de janeiro de 1948, que extinguiu o mandato de Prestes e de seu suplente, Abel Chermont. Eleito senador em 1945 pelo então Partido Comunista Brasileiro com a maior votação proporcional da história política brasileira até aquela época, Prestes teve o mandato extinto após o Tribunal Superior Eleitoral ter cancelado o registro do partido, em 1947.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão especial da Chesf

10h Sessão especial em comemoração aos 65 anos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Às 14h, sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

CDH Portadores de HIV

9h Audiência da Comissão de Direitos Humanos debate discriminação sofrida pelos portadores de HIV, com presença de representantes do governo e entidades.

CDR Cidades-sede

10h Comissão de Desenvolvimento Regional faz visita ao Estádio Maracanã, no Rio de Janeiro, como parte do Programa Visita às Cidades-Sede da Copa das Confederações. Às 14h, visita ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão).

CRA Delegação mexicana

15h30 Visita de delegação mexicana à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater a agricultura brasileira, pecuária e segurança alimentar.

EXPOSIÇÃO Escravatura e Parlamento

17h Abertura da exposição *A Escravatura no Parlamento*, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

CAE Imposto sobre serviços

19h Audiência analisa projeto que altera a lei que trata do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

TERÇA

CCT Terras raras

9h Audiência conjunta com a Subcomissão de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil discute ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor.

CAE Plano Nacional de Educação

9h30 Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e proposta que permite a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à área profissional.

CE Ministro da Educação

10h Em audiência na Comissão de Educação, ministro Aloizio Mercadante apresenta as prioridades do Ministério da Educação para o ano de 2013.

CI/CAE Presidente da Petrobras

11h Audiência conjunta das Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos com a presidente da Petrobras, Graça Foster, debate a política de desinvestimentos da empresa e as causas do recente aumento do preço da gasolina no país.

CAS Venda de tabaco

11h Audiência da Comissão de Assuntos Sociais debate projeto que proíbe a venda de produtos de tabaco em locais específicos.

CMMC Redução de emissões

11h Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas debate o marco legal sobre o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+). Entre os convidados, está o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin.

CMA Climatização de ambientes

11h30 Analisa projetos que tratam da manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes e da comercialização de sinalizador náutico no território nacional.

QUARTA

CI Estações para condutores

7h30 Comissão analisa projeto que obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

CCJ Ministro da Justiça

9h Sabatina da advogada Gisela Gondin Ramos para compor o Conselho Nacional de Justiça e de Jefferson Coelho para o Conselho Nacional do Ministério Público. Em seguida, o ministro José Eduardo Cardozo apresenta as prioridades do Ministério da Justiça.

CDR Pantanal

9h Audiência debate a atuação da Embraapa Pantanal em Mato Grosso do Sul e do desenvolvimento sustentável na região pantaneira.

CAS Diplomas médicos

9h Comissão analisa projeto que institui Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras e proposta que estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração no trabalho.

CE Olimpíada de Matemática

10h Audiência com a professora Jonilda Alves Ferreira e alunos medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática.

QUINTA

CAS Saúde do homem

9h Audiência debate políticas públicas para a saúde do homem.

FÓRUM Inovação tecnológica

9h 5º Fórum Nacional Sobre Inovação Tecnológica na Área de Saúde no Brasil, no auditório do Interlegis, com representantes dos Três Poderes.

HOMENAGEM Luiz Carlos Prestes

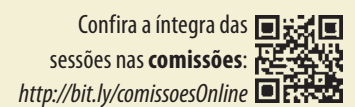
15h30 Homenagem ao ex-senador pelo Partido Comunista Brasileiro Luiz Carlos Prestes e seu suplente Abel Chermont, com a devolução simbólica dos mandatos, no Plenário do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Colegiado especial formado no Senado elabora anteprojeto de reforma da Lei de Execução Penal

Juristas analisam regime disciplinar diferenciado

Para advogado, princípio da humanidade das penas é violado quando suspeito é mantido preso em cela individual 22 horas por dia; ele também critica exposição pela mídia de imagens feitas em delegacias

INTEGRANTE DA COMISSÃO formada no Senado para atualizar a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984), o advogado Gamil Foppel defendeu o fim da aplicação do regime disciplinar diferenciado (RDD) nos presídios. A proposta foi apresentada por ele ao grupo de trabalho na sexta-feira.

No RDD, o preso é mantido em cela individual 22 horas por dia e fica isolado. Criada em 2003, a sanção é aplicada principalmente a presos considerados de alta periculosidade e integrantes de facções criminosas. Para o advogado, trata-se de uma violação do princípio da humanidade das penas e deveria ser uma exceção que virou regra, aplicada até a suspeitos.

— Se não for possível revogar, que haja prazo máximo de 180 dias e que não haja aplicação da medida para suspeitos. Colocar um sujeito preso

cauteladamente no RDD porque ele é suspeito de envolvimento com organização criminosa é fazer tábula rasa da garantia constitucional da presunção de inocência — afirmou.

O advogado discorda da “exposição pública vexatória de presos pela mídia” e sugere a proibição de fotos e vídeos feitos em delegacias e presídios.

— É necessário velar não só pela integridade física, mas pela dignidade moral dos sentenciados e presos provisórios, evitando qualquer tipo de sensacionalismo — argumentou.

A situação precária do sistema prisional brasileiro, com superlotação carcerária e desrespeito a direitos básicos dos presos, também preocupa os integrantes da comissão especial. O advogado e jurista Tércio Lins e Silva salientou que, por razões históricas, a execução penal é o “pato feio”

da administração pública. Já o representante da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, Edemundo Dias de Oliveira Filho, disse que a responsabilidade é do Estado e pediu garantias de responsabilização para as autoridades que não cumprirem o que for proposto pela comissão.

— O culpado disso é o Estado, que é infrator — resumiu.

Relatoria

A procuradora de Justiça Maria Tereza Uille Gomes foi escolhida relatora dos trabalhos. Ela também é presidente do Conselho Nacional de Secretários de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária.

Presidida pelo ministro Sidnei Beneti e composta de seis juristas, a comissão especial tem a tarefa de propor ao Senado um anteprojeto de reforma da Lei de Execução Penal.

Ministro fala sobre política de segurança pública na quarta

June de Araújo/Agência Senado



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe na quarta-feira o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (foto), que prestará informações sobre a pasta e avaliará políticas públicas de competência do ministério.

A audiência segue o plano do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que propôs a realização de reuniões regulares da comissão com o ministro da Justiça com o objetivo principal de acompanhar a Política Nacional de Segurança Pública.

Indicados aos Conselhos de Justiça e do MP têm sabatina

A Comissão de Constituição e Justiça analisará, na quarta-feira, as indicações da advogada Gisela Gondin Ramos e do procurador Jeferson Luiz Pereira Coelho para comporem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), respectivamente.

Gisela Ramos foi conselheira e diretora da OAB e integra a Comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros. Jeferson Luiz Pereira Coelho é subprocurador-geral do Trabalho e mestre e doutorando em Direito Constitucional.

Se aprovados os nomes pela comissão, o passo seguinte será a votação das indicações pelo Plenário.

Comissão da Verdade será convidada para audiência

Membros da Comissão Nacional da Verdade serão convidados para falar no Senado sobre as violações aos direitos humanos no país durante períodos ditatoriais. A audiência, em data a ser definida, será realizada pela Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, vinculada à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Na sexta-feira, a Comissão Nacional da Verdade ouviu o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, que, em 1970 e 1974, foi chefe do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, no momento de maior repressão política durante o regime militar (1964-1985). Ele chegou a ser condenado em primeira instância, em 2008, por sequestro e tortura. No depoimento, Ustra negou ter participado de tortura ou de assassinatos. Também foi ouvido o ex-sargento Marival Chaves, que revelou ter torturado presos políticos durante o período em que trabalhou nos órgãos de repressão.

O requerimento para ouvir os integrantes da comissão pelo Executivo foi aprovado pela CDH na quinta-feira, por sugestão de João Capiberibe (PSB-AP), presidente da subcomissão. Para a audiência, serão convidados membros de três diferentes grupos de trabalho da Comissão da Verdade: Rosa Cardoso e Heloísa Starling, do grupo Contextualização, Fundamentos e Razões do Golpe Civil-Militar de 1964; Gilson Dipp e José Paulo Cavalcanti Filho, do grupo Estrutura de

Repressão; e Claudio Fontelles, responsável pelo grupo O Estado Ditatorial-Militar.

Ao propor a criação da subcomissão, Capiberibe disse que o objetivo é realizar ações conjuntas e apoiar as investigações sobre violações aos direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985 — período que inclui a ditadura militar instalada em 1964.

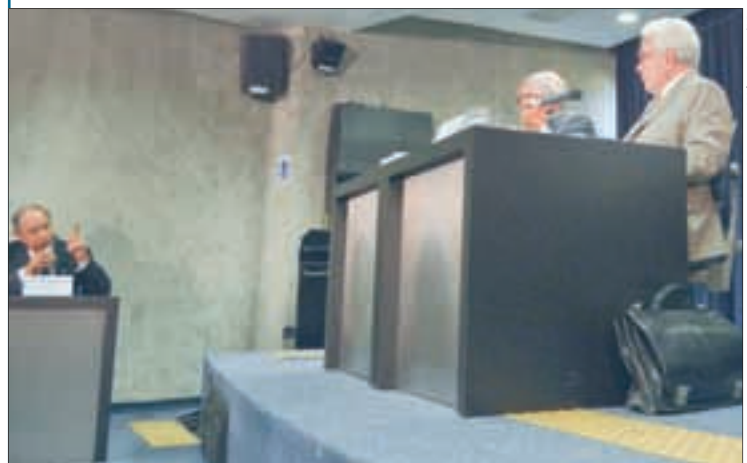
Figueiredo

A CDH aprovou também a realização de audiência pública para discussão do chamado Relatório Figueiredo, encontrado recentemente, que denuncia a ocorrência de violências contra indígenas por agentes públicos e privados

nos anos 60. A proposta é de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O documento recuperado após décadas aponta crimes contra indígenas em diversos estados, de assassinatos com armas a mortes devido a exposição de tribos a doenças contra as quais não possuíam resistência. Foi preparado pelo então procurador da República Jader Figueiredo a pedido do extinto Ministério do Interior.

Serão convidados para a audiência Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e coordenador do Projeto Armazém Memória; Maria Rita Kehl, da Comissão Nacional da Verdade e responsável pelo grupo de trabalho que apura violações dos direitos humanos contra indígenas; e um representante do Conselho Indigenista Missionário.

Integrantes falarão sobre violações aos direitos humanos durante períodos ditatoriais no país



Carlos Alberto Ustra (E) presta depoimento à Comissão Nacional da Verdade

Dezenove

sessões legislativas

Secs | Supres | Criação e Marketing

País apoia corte de gasto na Casa, indica pesquisa

Segundo levantamento nacional, mais de 80% da população aprova redução de gastos com contratos, extinção de cargos de chefia e transferência de médicos do Senado para a rede pública

OS BRASILEIROS APOIAM as medidas adotadas neste ano pelo Senado para reduzir os gastos da instituição, mostra a mais nova pesquisa realizada pelo DataSenado.

De acordo com o levantamento, 84,5% dos entrevistados aprovam a redução dos valores gastos pelo Senado com contratos e 83,1% concordam com a extinção de 500 cargos de chefia.

O fim do ambulatório médico do Senado, que atendia os senadores e os funcionários da Casa, foi aprovado por 50,7% dos entrevistados. O serviço foi extinto porque os senadores e

funcionários já contam com plano de saúde.

Parte dos médicos e enfermeiros que trabalhavam no ambulatório do Senado foi transferida para hospitais e postos de saúde da rede pública do Distrito Federal — medida apoiada por 88,6% das pessoas ouvidas pelo DataSenado.

— As medidas adotadas foram muito bem recebidas pela população. Os números da pesquisa confirmam que existe um forte clamor popular pela redução de gastos e pelo bom uso do dinheiro público — explica o cientista social Pedro Rocha, do DataSenado.



Renan discursa na solenidade de entrega de equipamentos hospitalares ao SUS: sociedade aprova redução de gastos

No discurso de posse como presidente do Senado, em fevereiro, Renan Calheiros anunciou que a racionalização dos gastos seria uma das prioridades de sua gestão. Desde então, a Casa vem adotando

uma série de medidas nesse caminho. Renan calcula que, até o fim do ano que vem, a economia chegará a R\$ 302 milhões.

Transparência

O DataSenado é o serviço do Senado responsável por monitorar a opinião pública. Para a pesquisa em questão, foram ouvidas por telefone, entre 16 e 20 de abril, 1.222 pessoas de todos os estados e de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e estratos sociais.

A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. O grau de confiança nos resultados obtidos é de 95% (se forem feitas 100 pesquisas com a mesma metodologia, 95 terão resultado dentro da margem de erro).

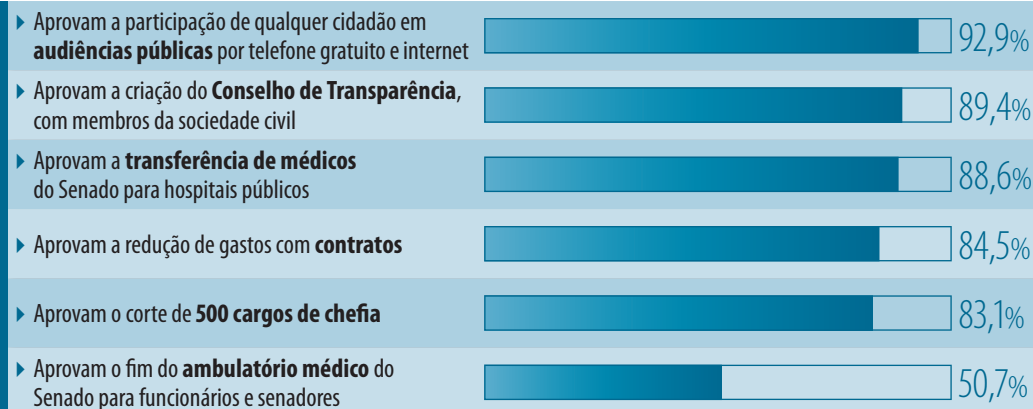
Na pesquisa, o DataSenado questionou os entrevistados sobre as recentes medidas que têm por objetivo aumentar a transparência da Casa e facilitar o controle social de suas atividades.

Para 89,4%, o Senado acertou ao criar o Conselho de Transparência e Controle Social, com representantes da Casa e da sociedade. Uma das missões do conselho é verificar se o Senado está atendendo corretamente os pedidos de informação apresentados pela sociedade.

Das pessoas ouvidas pelo DataSenado, 92,9% aprovam a criação de um número de telefone gratuito e de um canal pela internet para que qualquer cidadão possa participar das audiências públicas que se realizam nas comissões do Senado.

Austeridade financeira e transparência

Como as recentes medidas administrativas adotadas pelo Senado são vistas pela sociedade



Fonte: DataSenado

Segundo DataSenado, 81% são a favor da PEC das Domésticas

A chamada PEC das Domésticas — aprovada no final de março pelo Senado e promulgada no início de abril pelo Congresso — conta com o respaldo dos brasileiros. De acordo com a última pesquisa DataSenado, 81% se disseram favoráveis à nova norma. Apenas 5,3% afirmaram ser contrários a ela. Os 13,6% restantes se dividem entre os que não são contra nem a favor, os que disseram não saber e os que não responderam.

A emenda garante aos empregados domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores, como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego. Foi uma das propostas de maior alcance social aprovadas neste ano pelo Senado.

Segundo a pesquisa, 95,7% dos entrevistados disseram ter conhecimento de que as novas normas trabalhistas para os empregados domésticos haviam sido aprovadas.

Logo após a promulgação da PEC das Domésticas, o presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão em que apontou os benefícios aos quais 7 milhões de trabalhadores — dos quais 97% são mulheres — passariam a ter direito.

Explica Thiago Cortez Costa, produtor de pesquisa do DataSenado:

— Trata-se de um tema que

tem um impacto social imenso, que afeta diretamente toda a população. Os brasileiros não apenas conhecem a PEC das Domésticas, como também a apoiam. A aprovação das novas regras foi muito bem recebida pela população.

Seguro e FGTS

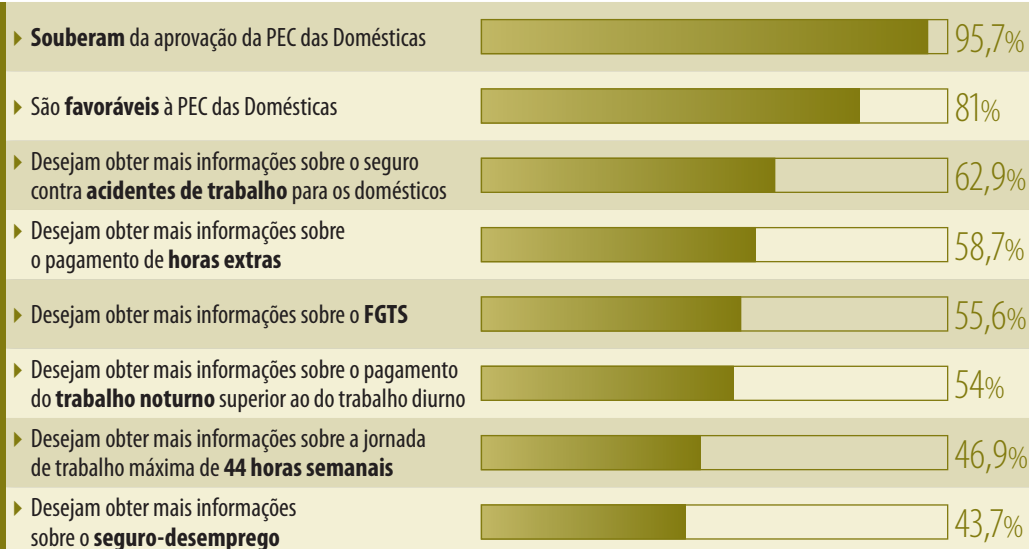
A pesquisa do DataSenado também perguntou aos entrevistados se gostariam de obter mais informações sobre os novos direitos dos

empregados domésticos. Eles desejam saber detalhes principalmente do seguro contra acidentes de trabalho (62,9% dos entrevistados), do pagamento de horas extras (58,7%), do FGTS (55,6%) e do pagamento do trabalho noturno (54%).

Parcelas menores da amostra entrevistada querem obter mais informações sobre a jornada de 44 horas semanais (46,9%) e sobre o seguro-desemprego (43,7%).

Direitos para os empregados domésticos

Como a PEC das Domésticas, aprovada pelo Senado em março e promulgada pelo Congresso em abril, é vista pela sociedade



Fonte: DataSenado



Parlamentares e militantes comemoram a aprovação da PEC no Senado

Comissão debate reforma de imposto municipal

Especialistas discutirão o projeto de lei que muda as regras do Imposto sobre Serviços; um dos objetivos da proposta é acabar com a guerra fiscal entre prefeituras

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) faz hoje uma audiência pública para debater o projeto que modifica o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Além de atualizar a regulamentação do imposto, de 2003, o PLS 386/2012 — Complementar diminui a dependência dos municípios em relação às transferências constitucionais.

Autor do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR) diz que a lei que regulamenta o imposto não conseguiu resolver o problema

da guerra fiscal entre os entes federados. Segundo ele, os municípios usam manobras para que a alíquota fique abaixo dos 2%, taxa mínima estabelecida pela Constituição. O projeto também atualiza a lista de serviços que constam da lei.

O requerimento para a audiência é do relator do projeto, Armando Monteiro (PTB-PE). Foram convidados representantes de entidades como a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais.



Lindbergh Farias, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Romero Jucá, autor do projeto de lei que modifica as regras do ISS



Armando Monteiro, relator da proposta em debate na comissão

Relatório sobre MP que compensa estados pelo ICMS pode ser votado amanhã

A comissão mista da medida provisória que trata das compensações aos estados pela redução das alíquotas interestaduais do ICMS pode votar amanhã, às 11h, o relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) sobre a MP 599/2012.

A CAE já aprovou o projeto de resolução que altera as alíquotas do ICMS (PRS 1/2013) e requerimento de urgência

para apreciação em Plenário.

O senador também já apresentou o relatório na comissão da MP. Na quinta-feira, o colegiado tentou votar o relatório, mas o impasse em torno das mudanças no ICMS impediu a votação.

Pinheiro propõe aumentar os recursos orçamentários do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para

R\$ 148 bilhões, o mesmo valor do montante que virá por empréstimos, totalizando R\$ 296 bilhões para serem destinados a ajudar os estados a se desenvolverem após a redução das alíquotas do ICMS. O relatório também prevê repasse anual de R\$ 8 bilhões como o limite da compensação, conforme cálculos da base governista para a apuração das perdas.

Já o texto do PRS que vai a Plenário reduz as alíquotas nas transações de um estado para outro, em um ponto percentual por ano, a partir de 2014. Produtos que saem do Sul e do Sudeste para outras regiões, atualmente com uma taxa de 7%, chegariam a 4% em 2016. Mercadorias das demais regiões, quando destinadas ao Sul e ao Sudeste, hoje taxadas

a 12%, chegariam à meta de 7% em 2018. As principais polêmicas do texto aprovado na CAE envolvem exceções previstas no projeto: o gás boliviano que passa por Mato Grosso do Sul e os produtos que saem da Zona Franca de Manaus e de áreas de livre comércio de Roraima, Rondônia, Amapá, Acre e Amazonas, que mantiveram a alíquota interestadual de 12%.

Rolleberg celebra eleição de Azevêdo para a OMC



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) saudou a eleição de Roberto Azevêdo para a direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e disse que a escolha do diplomata deve ser comemorada por todos os brasileiros, independentemente de filiação partidária ou ideológica.

A OMC tem a responsabilidade de supervisionar cerca de US\$ 20 trilhões do comércio mundial e de garantir a abertura, a arbitragem e o fluxo dos negócios, disse Rolleberg.

— O que torna sua tarefa mais complexa é a circunstância de que os acordos não são estáticos. São renegociados ao longo do tempo, podendo novos acordos serem adicionados ao pacote inicial. Jamais tantos desafios e tensões estiveram postos ao arbítrio da OMC.

Vital espera aproximação entre Brasil e Espanha



Comentando os resultados de missão do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, do qual faz parte, Vital do Rêgo (PMDB-PB) chamou a atenção para fatores que impedem uma aproximação maior entre os dois países.

— Os grandes entraves são exatamente os tratados que não evoluíram; o comércio, que não evoluiu; o protecionismo, que ainda existe. Isso tudo me faz ver agora, com um brasileiro na OMC [Organização Mundial do Comércio], que nós poderemos ter um novo sopro de esperança e de expectativa.

O senador participou, no início de maio, de várias reuniões na Espanha, onde verificou um “grande anseio” dos investidores espanhóis em atuar no Brasil.

Lopes defende construção de hotéis na área do Joá, no Rio



Eduardo Lopes (PRB-RJ) manifestou preocupação com a demora na construção de hotéis no Joá, zona sul do Rio. O Joá, que reúne uma estrada à beira-mar e a encosta da Joatinga, é o segundo bairro menos populoso da cidade, com 800 moradores.

O senador disse que a câmara municipal aprovou em 2010 a autorização para a construção de hotéis na Estrada do Joá, prevendo a demanda gerada pela Copa e pelas Olimpíadas.

No entanto, informou o senador, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vem mostrando contrariedade, apesar de os empreendimentos já terem as licenças ambientais e as autorizações da prefeitura. Ele pediu que o governo federal ajude na situação.

Raupp elogia investimento em aeroportos regionais

Valdir Raupp (PMDB-RO) registrou em Plenário, na sexta-feira, a “esperança e satisfação” com que o povo de Rondônia recebeu a notícia de investimentos de R\$ 7,3 bilhões na aviação regional do país. Desse total, mais de R\$ 1,7 bilhão deverá ser aplicado em 67 aeroportos na Região Norte.

De acordo com ele, a previsão é de construção de 800 novos aeroportos. Projeta-se ainda que cada município com mais de 100 mil habitantes tenha um aeroporto a no máximo 100 quilômetros de distância.

— Um país de dimensões continentais como o nosso, cujas distâncias impelem não raro dias de viagem terrestre, requer uma infraestrutura aeroportuária bastante ramificada e que atenda os diversos pontos de nossa geografia.



Valdir Raupp afirma que Brasil precisa melhorar aeroportos

Em outro discurso, na quinta-feira, o senador informou que senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) farão diligência hoje para verificar o andamento das obras de restauração na BR-364 (*leia mais na página 8*).

— A BR é a espinha dorsal de Rondônia, que leva toda a produção de soja de uma grande região de Mato Grosso e do sul de Rondônia para três terminais graneleiros em Porto Velho.

mais de **três mil** sessões plenárias

Comissão faz audiência sobre novas restrições à venda de cigarro

Proposta em análise no Senado proíbe comercialização de tabaco em postos de gasolina, supermercados e bancas de jornal

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) realiza amanhã uma audiência pública para debater o PLS 139/2012, que inclui postos de gasolina, locais de venda ou consumo de alimentos, supermercados, lojas de conveniência e bancas de jornal entre os locais nos quais não será permitido comercializar tabaco.

O requerimento para realização da audiência foi apresentado pelo autor do projeto, Paulo Davim (PV-RN). O relator da matéria na CAS, José Pimentel (PT-CE), apresentou voto favorável à aprovação. No relatório,

Pimentel argumenta que “a restrição proposta produzirá impacto em termos de redução do consumo desses produtos, seja pelo aumento da dificuldade de acesso a eles, seja pela redução da propaganda do tabaco”.

A permissão da publicidade de produtos fumígenos nos locais de venda, para o relator, “é ainda um ponto frágil da política de controle do uso do tabaco no país”, já que nesses locais “há grande circulação de crianças e adolescentes”. O relator argumenta que a permissão da publicidade

em padarias, lojas de conveniência e supermercados, por exemplo, “mantém a exposição do público infantil e jovem a esse tipo de propaganda, o que aumenta a vulnerabilidade desse grupo”.

Foram convidados para a audiência Adriana Carvalho, advogada da Aliança de Controle do Tabagismo; Luiz Carlos Corrêa da Silva, coordenador da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; Carlos Fernando Costa Galant, secretário-executivo da Associação Brasileira da Indústria

do Fumo; e Clayton Faria Machado, presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília.

O projeto altera a Lei 9.294/1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

A proposta será ainda avaliada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Senado discutirá discriminação contra portadores de aids

A discriminação sofrida pelos portadores do vírus HIV será debatida hoje na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH). A audiência pública foi sugerida por Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados para a reunião, entre outros, a deputada federal e coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento às DST/HIV/Aids, Erika Kokay (PT-DF); o diretor-adjunto do Departamento DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Eduardo Luiz Barbosa; e o conselheiro Nacional de Saúde do Ministério da Saúde Jasiel da Silva Pontes.

Jayme Campos critica redução de repasse à saúde em Mato Grosso

Jayme Campos (DEM-MT) criticou decreto do governo mato-grossense reduzindo em cerca de 50% os repasses de recursos destinados ao setor de saúde pública dos municípios.

— Tal atitude equivale a condenar o setor à falência gerencial, com prejuízos incalculáveis para a população. Enquanto o mundo investe na qualificação, na tecnologia e na inovação, Mato Grosso faz o caminho contrário, praticando a usura e os métodos medievais de combate à doença — disse.

Ele informou ainda que vários prefeitos da região sul do estado decidiram acionar a Justiça pedindo a suspensão do decreto.



Para o senador, medida equivale a condenar a saúde à falência



Waldemir Moka (D) preside a Comissão de Assuntos Sociais, que amanhã promoverá audiência pública sobre mais restrições à venda de cigarros

Senadores analisam projetos que mudam regras de dedução no IR

Amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) delibera sobre dez projetos, entre os quais dois relacionados ao Imposto de Renda: um que eleva a idade dos dependentes e outro que permite a dedução de despesas com medicamentos para aposentados e pensionistas.

O PLS 145/2008, do ex-senador Neuto De Conto, amplia de 21 para 28 anos a idade dos dependentes que podem ser declarados para fins de dedução no Imposto de Renda. Neuto explica que é necessário adequar a legislação tributária à realidade, já que hoje a exigência de maior qualificação do trabalhador

obriga o jovem a estender a vida acadêmica e retardar o ingresso no mercado de trabalho.

A CAE pode analisar também projeto que permite a dedução dos gastos com medicamentos de aposentados e pensionistas, para uso próprio ou de dependentes (PLS 375/2008). Para ser beneficiado, é preciso comprovar renda inferior a seis salários mínimos, além de apresentar receita médica e nota fiscal. O autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS), lembra que hoje o abatimento desse tipo de despesa só é permitido quando o remédio é utilizado em ambiente hospitalar, e não quando o uso ocorre antes ou depois da internação.

Políticas públicas voltadas à saúde do homem é tema de debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência pública quinta-feira para discutir o tema “Políticas públicas para a saúde do homem”. O aprimoramento de ações de prevenção de doenças, sobretudo as graves e crônicas como o câncer de próstata, é objetivo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, segundo documento de 2008 do Ministério da Saúde.

De acordo com o texto, muitas enfermidades graves que acometem a população masculina poderiam ser evitadas caso os homens realizassem, com regularidade, as medidas de prevenção primária.

“A resistência masculina à atenção primária aumenta não somente a sobrecarga financeira da sociedade, mas também, e sobretudo, o sofrimento físico e emocional do paciente e de sua família, na luta pela conservação da saúde e da qualidade de vida dessas pessoas”, diz o documento.

Para participar da audiência, foram convidados Eduardo Schwarz (Ministério da Saúde), Aguinaldo Nardi (Sociedade Brasileira de Urologia), Anderson Silvestrini (Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica), Emmanuel Cavalcanti (Conselho Federal de Medicina) e Flávio Heldwein (Blog Saúde do Homem).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senadores fazem pronunciamentos em homenagem às mães brasileiras

O Dia das Mães, comemorado ontem, foi lembrado em Plenário pelos senadores Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues. Os parlamentares defenderam a ampliação de direitos das mulheres, atenção à saúde, políticas públicas voltadas às mães e valorização da participação delas na educação dos filhos.

Mozarildo quer prioridade às mulheres, sobretudo às gestantes, na área de saúde



José Cruz/Agência Senado

Preocupado com os índices de mortalidade materna no Brasil, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu aos governantes prioridade para as mulheres nos serviços públicos de saúde. Ele saudou o Dia das Mães, comemorado ontem.

— Que esse dia sirva para reflexão das autoridades federais, estaduais e municipais, para que deem uma atenção maior à mulher, principalmente à que vai ser mãe, porque ainda é triste ver o índice de mortalidade materna no parto ou no pós-parto — disse.

Rollemberg cobra políticas públicas efetivas para beneficiar as mães

O Senado tem o desafio de reconhecer direitos, elaborar leis e aprovar políticas públicas que ampliem os direitos das mães brasileiras, disse Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A falta de creches para deixar os filhos em segurança enquanto trabalham e o avanço das drogas entre os jovens são alguns dos problemas enfrentados pelas mães citados pelo senador.

O governo do Distrito Federal, exemplificou o senador, deixou de aplicar, em 2012, R\$ 9 milhões destinados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) à instalação de creches.

— O FNDE fará, ele próprio, a licitação para a construção de creches no DF — disse.

Randolfe defende a ampliação das licenças maternidade e paternidade



Lia de Paula/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu a ampliação do prazo da licença-maternidade de 120 para 180 dias, e da licença-paternidade de 5 para 15 dias. Ele também propõe que a concessão do benefício ampliado seja requisito para empresas participarem de concorrência pública.

Randolfe sugere emenda à Constituição para substituir o termo “licença-gestante” para “licença-maternidade”, justificando que o texto passaria a incluir a possibilidade de mãe adotante.

Ana Amélia alerta para o combate aos cânceres de mama e de colo de útero



José Cruz/Agência Senado

A ação da União Latino-Americana contra o Câncer da Mulher, que lançou um guia para a redução do câncer de mama e de colo de útero, foi elogiada por Ana Amélia (PP-RS).

Ela lembrou propostas que ajudam no combate à doença, como o PLS 352/2011, de sua autoria, que inclui entre os serviços prestados pelos planos de saúde a quimioterapia oral.

— O maior presente que eu posso dar a todas as mães gaúchas e brasileiras, além de proposições legislativas, são informações.

Cristovam pede às mães que fiscalizem escolas e atuação dos professores



José Cruz/Agência Senado

As mulheres se tornam mães não apenas quando dão à luz seus filhos, mas também quando os levam à escola, disse Cristovam Buarque (PDT-DF).

— Quando se educa um brasileiro, se dá à luz o Brasil inteiro — disse.

O senador ressaltou o papel que as mães exercem como fiscalizadoras da escola e do professor. Cristovam homenageou todas as mães, como as solteiras, as que têm filhos presos, doentes, autistas ou desempregados, as que perderam os filhos e as adotivas.



Igor Bastos/Prefeitura de Várzea Grande

Gestantes em policlínica de Várzea Grande (MT): parlamentares pedem mais atenção do poder público à maternidade



18 anos noticiando a atividade legislativa

Desde 1995, o Jornal do Senado presta um importante serviço ao cidadão, ao cobrir o dia a dia do Senado e tratar a informação sobre a atividade legislativa com imparcialidade e transparência.

Acompanhe amanhã a edição especial de aniversário.

Jornal do Senado. Há 18 anos a notícia é lei.

JORNAL DO SENADO



Luis Flávio Carvalho, Eduardo Ganzer, Acir Gurgacz, Evandro Padovani, Sonia Cordeiro, Helio Gerhardt e Adalto de Brito em audiência pública em Jaru (RO)

Em Rondônia, debatedores pedem apoio à regularização fundiária

Participantes de audiência destacam que falta de documentos impede fechamento de contratos de crédito na região amazônica

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promoveu audiência pública na sexta-feira, na Câmara Municipal de Jaru, em Rondônia, sobre a regularização fundiária no estado e a obtenção de financiamentos para implantação de projetos rurais.

Ivo Cassol (PP-RO) disse que a regularização fundiária na Amazônia merece atenção especial dos senadores e do governo. Ele assinalou que até existe oferta de crédito para o produtor, mas a falta de documentos da terra impede a formalização do contrato, e pediu agilidade no processo de regularização da posse da terra e das propriedades urbanas. Cassol também cobrou mais apoio para o crescimento da produtividade do campo e o complemento do Programa Luz para Todos em Rondônia.

— Ainda há 23 mil agricultores sem energia — lamentou.

O secretário-executivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater-RO), Luiz Gomes Furtado, registrou que 85% das propriedades rurais do

estado têm até 100 hectares, o que mostra a força da agricultura familiar. Ele disse que a regularização fundiária é um importante trampolim para o crédito rural.

Segundo o secretário de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia, Evandro Cesar Padovani, a regularização fundiária é prioridade para o estado, já que aptidão local é a agricultura e a pecuária.

— A meta do estado, juntamente com o Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é entregar 5 mil títulos ainda este ano — afirmou.

O superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Luis Flávio Carvalho, informou que Rondônia tem mais de 200 assentamentos, com cerca de 46 mil famílias. Boa parte desses assentamentos ainda precisa de documentação. Segundo Carvalho, o instituto tem firmado parcerias com outros órgãos para apressar a titulação definitiva das propriedades.

Demora no julgamento de ações de posse gera conflitos

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro), Lázaro Dobri, disse que as ações que discutem a posse da terra estão atrasadas na Justiça e demoram em dar resultado, o que acaba provocando conflitos agrários. Ele disse que os bancos precisam dar um atendimento específico para o produtor rural, que muitas vezes não tem onde dormir quando vai à cidade em busca de financiamento.

O assessor de Agronegócio do Banco do Brasil em Rondônia, Adalto Lacerda de Brito, afirmou que o banco é pioneiro na questão do crédito agrícola, mas enfrenta dificuldades na liberação de financiamento em Rondônia, por conta de leis ambientais e processos legais e burocráticos.

O gerente-geral do Banco

da Amazônia (Basa), Helio Gerhardt, informou que o Basa tem investido entre R\$ 100 e R\$ 120 milhões ao ano em crédito rural na região amazônica, mas disse que, em algumas áreas de Rondônia, 60% dos produtores rurais não têm documentação, o que inviabiliza o fechamento de contratos.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Eduardo Ganzer, afirmou que o processo de regularização de terras é um grande desafio para o governo pelo tamanho da área. Para o deputado Anselmo de Jesus (PT-RO), é preciso buscar soluções para as dificuldades burocráticas. O deputado Marcos Rogério (PDT-RO) destacou a ampla participação popular na audiência. Foram mais de cem perguntas enviadas por e-mail, telefone e Twitter.

Marco legal para emissões de carbono

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMCC) discutirá amanhã, em audiência pública, o marco legal para o sistema nacional de redução de emissões de carbono por desmatamento e degradação (REDD+).

O REDD+ é uma estratégia em discussão na Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas. O objetivo é oferecer incentivos para os países em desenvolvimento reduzirem emissões de gases que provocam o efeito estufa provenientes de florestas e investirem em desenvolvimento sustentável e práticas de baixo carbono para o uso da terra. O financiamento virá de países desenvolvidos, dentro da lógica de responsabilidades diferenciadas que rege a Convenção do Clima.

Foram convidados Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça; Natalie Unterstell, gerente de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; e Ludovino Lopes, consultor da Globe International.

Audiência sobre uso sustentável do Pantanal

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debate em audiência, na quarta-feira, a utilização sustentável dos recursos naturais do Pantanal. A audiência foi requerida por Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Foi convidada a chefe-geral da Embrapa Pantanal, Emiko Kawakami de Resende, que poderá apresentar informações sobre projetos do órgão que aliam produção agrícola à preservação do bioma, sem perder de vista o desenvolvimento econômico e social.

Outro convidado é Luciano Leite, presidente do Sindicato Rural de Corumbá (MS), que, de acordo com Figueiró, denuncia a atuação predatória de pescadores, prejudicando atividades já instaladas.

“O Pantanal mato-grossense é um dos biomas mais ricos e complexos do nosso território e a utilização racional dos recursos requer conhecimentos que só podem ser obtidos por intenso e contínuo trabalho de pesquisa científica”, justifica o senador no requerimento.

Comitiva de parlamentares vistoria obras da BR-364

Senadores e deputados de Rondônia viajam hoje para fazer diligência nas obras da BR-364. Devem ser acompanhados pelo diretor-geral do

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe. A decisão foi tomada após reunião em que os senadores Valdir Raupp

(PMDB) e Acir Gurgacz (PDT) afirmaram que não há sinal de obra. Relatório do Dnit informava que teriam recommençado na última semana de abril.

Devem participar o senador Ivo Cassol (PP) e os deputados Marinha Raupp (PMDB), Marcos Rogério (PDT) e Nilton Capixaba (PTB).

Embaixadora e autoridades mexicanas discutem segurança alimentar

A embaixadora do México no Brasil, Beatriz Paredes, retorna hoje à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde participará de debate sobre agricultura, pecuária e segurança alimentar. Beatriz Paredes acompanhará comitiva de sete senadores e sete deputados do México — das Comissões de Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento



Embaixadora Beatriz Paredes faz parte da delegação mexicana que vem à CRA

Social e Agricultura e Pecuária das respectivas Casas Legislativas — e três outros

diplomatas mexicanos.

Em 22 de março, a embaixadora foi ouvida na CRA, em

seminário sobre o conceito de ruralidade. Foi discutido projeto sobre o tema com a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Na ocasião, a diplomata afirmou ser importante mudar o paradigma cultural e investir em educação no campo para combater o êxodo rural.